

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.046 - MG (2018/0320265-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : A R DE J S (PRESO)
ADVOGADOS : GERALDO MARCELO ALVES CASSINI - MG067173
EDERSON RAIMUNDO DA SILVA - MG185180
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **A R DE J S** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Na origem, constata-se prisão preventiva e oferecimento de denúncia em desfavor do recorrente, e demais acusados, pela suposta prática de crime tipificado no artigo 2º, §§1º, 2º e 4º, inciso II da Lei nº 12.850/13 (obstrução a investigação de infração penal que envolva organização criminosa, com emprego de arma de fogo e concurso de servidor público), sendo tais condutas averiguadas no contexto da "Operação Fênix".

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem, objetivando a revogação da prisão preventiva e o trancamento da ação penal por inépcia da denúncia.

O TJMG denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa:

"CRIME PREVISTO NO ARTIGO 2º, §1º 2º e 40, INCISO II, DA LEI 12.850/13. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. EXCEPCIONALIDADE NÃO CARACTERIZADA. ILEGALIDADE EM VIRTUDE DA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.

- Não há falar em inépcia da denúncia se identificado o preenchimento os requisitos previstos no art. 41 do Código de Processo Penal.
- O trancamento da ação penal em *habeas corpus* é medida excepcional, deferida apenas por inequívoca e absoluta falta de provas, atipicidade incontroversa ou existência de causa extintiva da punibilidade, o que não é o caso dos autos.
- A ausência de audiência de custódia, por si só, não enseja o relaxamento da prisão do paciente, mormente se considerado que tal instituto vem sendo implementado no Estado de forma gradativa.
- Fundamentada e demonstrada a necessidade da manutenção da custódia cautelar do paciente, não há falar em constrangimento ilegal." (e-STJ, fl. 97).

Nesta Corte, o recorrente alega, em síntese, o seguinte: a) nulidade diante da ausência da realização da audiência de custódia; b) inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, omissa quanto à falta de indícios suficientes de autoria e c) inépcia de denúncia porque baseada em suposições de que o recorrente teria cometido o delito de obstrução de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Especificamente sobre a inépcia, aduz que " ... a Denúncia que pesa contra o recorrente/paciente, mostra-se vazia, e atrelada meramente suposições especulativas, feita pelo representante do órgão acusador, a partir de acusações direcionadas ao Delegado que chefiava o recorrente/paciente e, em uma espécie de ricochete descabido, direcionada também ao recorrente/paciente, sem qualquer indicio de sua participação em fato criminoso de qualquer natureza mas, simplesmente por fazer parte da delegacia de Furtos e Roubo da qual o real acusado é Delegado é titular." (e-STJ, fls. 123-124).

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja revogada sua prisão preventiva ou para que seja substituída por medidas cautelares alternativas, bem como para que seja determinado o trancamento da ação penal em face da inépcia da denúncia.

Liminar indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não conhecimento do recurso quanto à pretensão de liberdade provisória, e pelo não provimento no tocante ao pedido de trancamento da ação penal.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, vale frisar que, "nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal ou inquérito policial/procedimento investigativo por meio do habeas corpus é medida excepcional". Por isso, será cabível somente "quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito." (RHC 110.327/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019.)

Na hipótese, a defesa sustenta a tese de inépcia da denúncia ao argumento de que não houve narrativa de qualquer ação ou omissão concreta perpetrada pelo recorrente que configure fato criminoso.

Por outro lado, o acórdão impugnado assevera que estão presentes os indícios de autoria e materialidade para permitir a persecução penal. Nesse sentido, destaca que a denúncia "... narra ... que o paciente, juntamente com os demais denunciados, impediu e embarçou a investigação dos ilícitos penais supostamente cometidos pelos funcionários públicos que integravam organização criminosa. Consta que os réus pressionaram os investigados da operação 100 Anos de Perdão, Edvanei E. S. Cortes e Fernando Marcos da Silva, a fim de convencê-los a prestarem declarações falsas, com o objetivo de quebrar o acordo de colaboração premiada feito entre a o Ministério Público e o integrante Thiago Rodrigues de Souza e, assim, se eximirem da responsabilidade penal pelos atos delituosos eventualmente praticados." (e-STJ, fl. 99).

E, de fato, da simples leitura da denúncia (e-STJ, fls. 39-46), verifica-se que a acusação está respaldada, *prima facie*, em prévia investigação ("Operação Fênix") realizada para apurar crimes em tese praticados pelos denunciados, acusados de obstruir a "Operação 100 Anos de Perdão", cujo objetivo era apurar as atividades de urna organização criminosa armada que contava com policias civis do Estado de Minas Gerais.

Em suma, por temerem que os acordos de colaboração premiada, firmados na investigação anterior, revelassem possíveis infrações penais cometidas, os acusados, na condição de agentes da PCMG, passaram a tentar embarçar aquelas apurações. Nesse sentido, pressionaram investigados para que prestassem declarações falsas, com o objetivo final de "destruir o acordo de colaboração premiada de Thiago de Souza, a fim

Superior Tribunal de Justiça

de retirar a credibilidade das cíclicas razões por ele prestadas nos diversos anexos do seu acordo. e assim, se eximir da responsabilidade penal pelos atos delituosos por ventura praticados." (e-STJ, fl. 74).

Em especial sobre o recorrente, a denúncia esclarece que, "... aproveitando-se da presença de Fernando Marcos na delegacia de Polícia, os denunciados CAIO, ANTÔNIO e ABEL o conduziram até o gabinete do primeiro, local em que, **à exemplo do que já haviam feito com Edivanei da Silva, o pressionaram para atingir o fim almejado, qual seja, a quebra do acordo de colaboração premiada de Thiago de Souza ...**" (e-STJ, fl. 75, grifou-se).

Como se vê, a exordial acusatória descreve a suposta contribuição do recorrente para a prática dos ilícitos, a corroborar com a tentativa de obstrução da "Operação 100 Anos de Perdão". Assim, é inviável acolher a tese de denúncia vazia. A propósito, a imputação não se deve simplesmente pela sua condição de policial civil e por fazer parte da delegacia de Furtos e Roubo, mas sim pelo desempenho dessa função de maneira, em tese, corrompida.

Ainda, ressalte-se que a via mandamental e o momento prematuro escolhidos não permitem incursão fática sobre os autos.

Durante a instrução processual sim o magistrado poderá se debruçar sobre a prova produzida pelas partes, a fim de verificar a suficiência de prova da materialidade e autoria, a respaldar a procedência da denúncia. Naquela ocasião será adequada a discussão aqui proposta pela defesa, pois não haverá restrição cognitiva, sendo válida lá a apreciação de todo o arcabouço fático probatório dos autos.

A propósito do tema, confirmam-se:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. [...] ACOLHIMENTO DAS ALEGAÇÕES DA DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INEVIDÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE.
[...]

3. Estando devidamente delineada a materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria na inicial acusatória, não há como acolher as alegações da defesa de ausência de justa causa para propositura da ação penal. A comprovação ou não dos fatos deve ser demonstrada durante a instrução processual, momento apropriado para o Magistrado exercer seu juízo de convicção acerca dos elementos probatórios juntados aos autos. Temerário, nesta via de cognição sumária, afirmar que os fatos ocorreram como narrados ou desqualificar a descrição trazida na denúncia.
[...]

7. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 96.540/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 29/08/2019, grifou-se)"

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DROGAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - **Inviável o acolhimento do pedido de trancamento da ação penal na espécie, fundado na alegação de ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade, porquanto a tese não foi comprovada, de plano. Afastar a conclusão das instâncias ordinárias demandaria amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do habeas corpus e do respectivo recurso ordinário.**

II - A inicial acusatória descreveu as condutas imputadas à recorrente e aos outros codenunciados, delimitando, ainda que de forma mínima, a atuação de cada um na organização criminosa. À recorrente foi atribuída a conduta de ser "responsável pelas vendas" de drogas, juntamente com outros integrantes da organização, na localidade. Maiores incursões acerca do exato papel exercido por cada membro da organização criminosa é matéria reservada para o curso da instrução processual.

Recurso ordinário desprovido.

(RHC 106.020/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019, grifou-se)"

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a intervenção desta Corte, para o trancamento da ação penal.

Por fim, as questões relacionadas à prisão preventiva estão prejudicadas, vez que, conforme informações prestadas pelo juízo de primeiro grau, foi expedido alvará de soltura em benefício do ora recorrente (e-STJ, fl. 175 e fl. 262).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator